



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI
COLEGIADO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS**

MAURISA DIAS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA CECPAG, DISTRITO DE
MANIAÇU, CAETITÉ - BA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO
TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**CAETITÉ – BA
2025**

MAURISA DIAS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA CECPAG, DISTRITO DE
MANIAÇU, CAETITÉ - BA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO TRABALHO
DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia –
Departamento de Ciências Humanas Campus
VI, como requisito para obtenção do título de
Licenciado(a) em Letras Língua Portuguesa e
Literaturas.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Rozânia Alves
Magalhães Silva

**CAETITÉ – BA
2025**

MAURISA DIAS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA CECPAG, DISTRITO DE
MANIAÇU, CAETITÉ - BA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO TRABALHO
DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de conclusão de curso aprovado pela banca examinadora para obtenção do grau de Licenciado(a) em Letras Língua Portuguesa e Literaturas na Universidade do Estado da Bahia com nota: **9,7**.

Caetité, 18 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Rozânia Alves Magalhães Silva

Prof.^a Ma. Rozânia Alves Magalhães Silva
Departamento de Ciências Humanas - CAMPUS VI - UNEB

Valquíria Dias de Almeida

Prof.^a Ma. Valquíria Dias de Almeida
Departamento de Ciências Humanas - CAMPUS VI - UNEB

Documento assinado digitalmente

gov.br

FERNANDA ARAUJO DIAS MENDES XAVIER

Data: 08/01/2026 14:40:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Fernanda Araújo Dias Mendes Xavier
Departamento de Ciências Humanas - CAMPUS VI - UNEB

“Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”
(Freire, 2015, p. 25).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e sabedoria concedidas durante toda a trajetória acadêmica.

Aos meus pais, que lutam diariamente, de sol a sol, tirando da terra o sustento de nossa família. A eles, que nunca me deixaram faltar nada e me ofereceram a oportunidade de acessar a educação.

Ao meu marido, pelo incentivo constante e por estar ao meu lado em toda a jornada acadêmica, apoiando-me com paciência e não permitindo que eu desistisse diante das dificuldades.

Aos meus irmãos, que sempre acreditaram em mim, deram encorajamento, apoio e tornaram esta caminhada mais leve.

Aos colegas e amigos do curso, pela convivência e trocas de experiências.

À minha orientadora, Rozânia Alves Magalhães Silva, pela paciência, dedicação e valiosas orientações que contribuíram de forma decisiva para a construção deste trabalho.

Aos professores do curso por compartilharem seus conhecimentos e colaborarem para minha formação.

Aos professores do Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia pela colaboração nesta pesquisa.

À Universidade do Estado da Bahia, por proporcionar um ambiente de aprendizado e crescimento profissional.

E a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram nessa jornada acadêmica, minha gratidão.

RESUMO

Este trabalho aborda os aspectos da Educação do Campo no Brasil, explorando desde seu conceito conhecido atualmente e o histórico dessa modalidade de ensino no país até a pesquisa realizada em uma instituição de ensino do campo intitulada Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia (CECPAG), situada no distrito de Maniaçu, Caetité-BA. A investigação foi realizada por meio de uma revisão de literatura de estudos já desenvolvidos na área, aliada à pesquisa de campo, na qual foram coletados relatos de educadores que atuam em uma realidade de escola localizada na zona rural, caracterizando essa pesquisa como exploratória com abordagem qualitativa. O principal objetivo deste estudo é investigar o ensino nesta escola, com foco no desempenho da Educação do Campo, de modo a verificar os desafios enfrentados pelos professores no contexto pedagógico e institucional. Para chegarmos a esse objetivo geral, foram considerados os passos específicos: apresentar o conceito de Educação do Campo; contextualizar o histórico e conquistas da Educação do Campo no Brasil, destacando avanços e desafios ainda existentes; analisar, por meio de pesquisa de campo, o ensino desenvolvido no CECPAG; revisar estudos acerca da Educação do Campo no Brasil; identificar os desafios enfrentados por professores ao atuar em instituições de ensino do campo. O estudo realizado obteve resultados satisfatórios, visto que a instituição de ensino desenvolve a Educação do Campo com foco na realidade do aluno, como estabelecem as diretrizes operacionais dessa modalidade. Além disso, apesar das dificuldades em adaptação ao ensino realizado na escola e a falta de materiais e recursos pedagógicos, os professores estão empenhados em executar um ensino libertador e contextualizado, incentivando os alunos a atuarem como sujeitos autônomos e críticos em sua comunidade.

Palavras-chave: Educação do Campo; Ensino; Desafios Docentes; Práticas Pedagógicas; Formação Crítica.

ABSTRACT

This work addresses aspects of Rural Education in Brazil, exploring everything from its currently understood concept and the history of this mode of education in the country to the research conducted at a rural educational institution called Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia (CECPAG), located in the district of Maniaçu, Caetité-BA. The investigation was carried out through a literature review of studies already developed in the area, combined with field research, in which reports from educators working in a school located in a rural setting were collected, characterizing this research as exploratory with a qualitative approach. The main objective of this study is to investigate teaching at this school, focusing on the performance of Rural Education, in order to examine the challenges faced by teachers in the pedagogical and institutional context. To achieve this overall objective, the following specific steps were considered: to present the concept of Rural Education; to contextualize the history and achievements of Rural Education in Brazil, highlighting progress and existing challenges; to analyze, through field research, the teaching developed at CECPAG; to review studies on Rural Education in Brazil; to identify the challenges faced by teachers working in rural educational institutions. The study obtained satisfactory results, as the educational institution develops Rural Education focused on the reality of the student, in accordance with the operational guidelines of this modality. Furthermore, despite the difficulties in adapting to the teaching carried out at the school and the lack of materials and pedagogical resources, teachers are committed to providing a liberating and contextualized education, encouraging students to act as autonomous and critical individuals within their community.

Keywords: Rural Education; Teaching; Teaching Challenges; Pedagogical Practices; Critical Training.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA.....	11
3 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	14
4 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL.....	18
5 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CECPAG	23
6 OS PROFESSORES E OS DESAFIOS AO ATUAR EM INSTITUIÇÕES DO CAMPO	26
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE	33

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos os cidadãos, sejam eles oriundos de regiões urbanas ou rurais. Os moradores do campo enfrentam dificuldades para acessar um ensino de qualidade, desde a oferta de escolas até uma educação que abranja as características do seu meio social e cultural em que vivem, fato que deve ser considerado quando se trata da atuação docente.

Problemas como analfabetismo, evasão escolar, repetência, conteúdos inadequados e falta de especialização dos professores foram sempre recorrentes no campo. Com o avanço do capitalismo, o processo excludente quanto ao povo camponês tem aumentado, ao passo que moradores e trabalhadores do campo são submetidos a situações que impedem a sobrevivência de forma digna na zona rural, levando-os a buscarem a cidade e/ou regiões diferentes de seu meio de origem para procurarem melhor fonte de renda. Construir uma Educação do Campo e para o Campo, de qualidade é papel de todos os cidadãos e do Estado. Por muito tempo, o homem camponês esteve oprimido e não conheceu seus direitos; foi através de lutas e movimentos sociais que ele pôde levantar sua voz e reivindicar o acesso a uma educação de qualidade.

A justificativa para a realização desta pesquisa baseia-se em uma vivência pessoal como estudante oriunda de escola do campo, residente em zona rural e filha de agricultores; trajetória que permitiu um olhar direto aos desafios enfrentados na educação básica deste contexto e, portanto, despertou interesse em entender mais sobre o tema. Além disso, este estudo é de relevância acadêmica para uma futura atuação docente, principalmente em se tratando de uma região interiorana em que grande parte da população está localizada em espaços rurais. Compreender as especificidades da Educação do Campo permite o fortalecimento de práticas pedagógicas mais eficazes, como também colabora para a construção de um ensino que valorize os saberes e identidades da comunidade escolar. Esta pesquisa se insere no compromisso da universidade de formar docentes preparados para atuarem em diversas realidades, como também destaca a necessidade de se discutir essa temática no contexto acadêmico. Nesse sentido, as vivências pessoais constituem-se como elementos motivadores da investigação e, ao mesmo tempo, fundamenta a relevância acadêmica, pois manifestam o interesse pelo tema e contribuem para a construção de uma formação docente crítica,

como também comprometida com a compreensão das especificidades da Educação do Campo.

O trabalho tem como objeto de estudo a Educação do Campo no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia (CECPAG). Para o desenvolvimento dos estudos na instituição de ensino, foi realizada uma pesquisa através do uso de questionário. A partir desse estudo de campo, foi realizada investigação durante o período de setembro a novembro de 2025, momento em que foram coletados os dados. O foco principal esteve na atuação dos professores e professoras desta instituição, abrangendo a análise e investigando os resultados bem-sucedidos ou não na prática pedagógica destes profissionais.

O problema que procuramos investigar é: Como o desconhecimento acerca do conceito de Educação do Campo e falta de políticas públicas voltadas para esta modalidade influenciam as dificuldades enfrentadas por professores em instituições que dispõem dessa realidade? Assim, ainda partimos da hipótese de que as políticas públicas que são destinadas a essas instituições não suprem todas as necessidades.

Os estudos que subsidiam esta pesquisa partem de leituras detalhadas acerca da temática em questão. Autores que se destacam nos estudos sobre o contexto educacional brasileiro, principalmente a Educação do Campo, como Freire (2013; 2015); Munarim (2008); Fernandes, Cerioli e Caldart (1998); Arroyo, Caldart e Molina (2009); Delboni, Freitas e Daltro (2018); Arroyo (2015) e Caldart (2009), fazem parte da base teórica deste trabalho, ao passo que trazem informações valiosas acerca desta modalidade de ensino no Brasil, sua trajetória, conceitos e principais entraves que englobam esta questão. Além disso, a legislação educacional brasileira como a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394 (1996), a Resolução nº 1 de 3 de abril de 2002 e a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, é explorada e contribui significativamente para a compreensão da Educação do Campo e das políticas públicas referentes a ela. O estudo em questão permite-nos conhecer de forma mais aprofundada os desafios presentes no contexto educacional brasileiro, possibilitando-nos investigar as falhas no ensino em instituições do campo, analisando a falta de políticas públicas e até de conhecimento dos gestores, professores e dos funcionários que atuam em seu interior.

Em suma, o presente trabalho tem como principal objetivo investigar o ensino no CECPAG, com foco no desempenho da Educação do Campo, de modo a verificar os desafios enfrentados pelos professores no contexto pedagógico e institucional. Para se chegar até este objetivo, são necessários os seguintes passos específicos: apresentar o

conceito de Educação do Campo; contextualizar o histórico e conquistas da Educação do Campo no Brasil, destacando avanços e desafios ainda existentes; analisar, por meio de pesquisa de campo, o ensino desenvolvido no CECPAG; revisar estudos acerca da Educação do Campo no Brasil; identificar os desafios enfrentados por professores ao atuar em instituições de ensino do campo. Assim, buscando entender o desenvolvimento educacional em instituições de ensino da educação básica que se encontram no campo ou recebem estudantes destas áreas.

O trabalho está dividido em tópicos para uma melhor organização das ideias principais. Inicialmente é apresentado o conceito do termo Educação do Campo conhecido no Brasil nos dias de hoje, em que se destaca o objetivo de buscar um ensino mais aproximado à realidade dos camponeses. Em segundo momento, apresentamos uma contextualização da trajetória da Educação do Campo no país e os principais acontecimentos que marcaram o início da luta por uma educação de qualidade para os cidadãos do campo. Posteriormente, são explorados os resultados da pesquisa realizada no CECPAG, buscando analisar as principais características presentes no ensino da instituição. Além disso, o trabalho dos professores que atuam no colégio é considerado em destaque, haja vista que são estes profissionais que fazem a educação acontecer junto aos alunos e demais funcionários; é crucial conhecermos os aspectos dessa tarefa, os principais desafios e ações bem-sucedidas.

Assim, este trabalho visa aprofundar os estudos acerca da Educação do Campo, uma vez que ela assume papel fundamental na valorização do homem camponês e garante um ensino vinculado à sua identidade, realidade social e cultural. Mais do que formar para o mercado de trabalho, a Educação do Campo dá autonomia a esse cidadão, fazendo-o ter o direito de decidir permanecer no meio rural ou a continuidade das práticas que sustentam a vida do campo, mesmo em outras realidades.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como foco central a análise dos efeitos da educação do campo na prática docente em uma realidade rural. Para isso, escolheu-se como objeto de estudo o Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia (CECPAG). A investigação se propõe a compreender como se dá a prática pedagógica desses profissionais no processo de ensino-aprendizagem na escola do campo.

Intitulada Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia (CECPAG), a escola é localizada no distrito de Maniaçu, Caetité – BA. A instituição educacional foi inaugurada em fevereiro de 2004, com grande mobilização da comunidade local que notou a necessidade do Ensino Médio no distrito. Reunida em assembleia na Igreja Matriz de Maniaçu, a comunidade decidiu pela criação e nome da instituição de ensino junto às autoridades públicas e religiosas. Inicialmente funcionava em espaço alugado, com pouca ventilação e barulho vindo da rua; posteriormente, a partir de 2012, mudou-se para o prédio atual. Foi reconhecida oficialmente como escola do campo em 2020 e passou a ser de tempo integral em 2023.

Atualmente, a instituição conta com o ensino integral de nível médio nos turnos matutino e vespertino e a EJA (Educação de Jovens, Adultos e Idosos) e o curso técnico de Zootecnia no noturno, atendendo à população do distrito e das comunidades circunvizinhas. Possui 259 alunos matriculados e 59 funcionários, sendo 24 deles professores. Quanto à estrutura da escola, há disponíveis para uso o total de 8 salas de aula, 1 laboratório de biologia, 1 laboratório de informática, 1 sala de vídeo/ atendimento educacional especializado (AEE), 2 salas de biblioteca e 1 quadra poliesportiva. Além disso, há a oferta de espaços para o desenvolvimento da Educação do Campo, como um viveiro de plantas, horta, tanques para piscicultura, uma área pequena para o cultivo de mandioca (produção que ganha mais destaque no distrito de Maniaçu), espaço para criação de galinhas, um curral com gado ovino e está ocorrendo a implantação de um meliponário¹.

A pesquisa, que se caracteriza como exploratória, foi encaminhada a partir de um questionário produzido para o desenvolvimento do trabalho destinado ao público docente da instituição. As perguntas foram disponibilizadas a professores de linguagens, considerando o recorte feito para realização desse trabalho de conclusão do curso de

¹ Local ou coleção de caixas-ninho onde se criam e manejam abelhas nativas sem ferrão. O objetivo é conservar as espécies, auxiliar na polinização e produzir mel.

licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Literaturas. Segundo Antonio Carlos Gil, as pesquisas exploratórias envolvem “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos” (Gil, 2002, p. 41). Esses aspectos são, em suma, a base para nossa pesquisa, uma vez que o questionário foi destinado ao público docente da instituição, coletando, além de exemplos práticos da realidade da educação do campo, as experiências dessas pessoas relevantes para esse processo.

O público-alvo desta pesquisa foi escolhido com base em experiências pessoais e acadêmicas. No âmbito universitário, a educação do campo ainda recebe pouca visibilidade, apesar de ser um tema que demanda debates, principalmente em universidades localizadas no interior dos estados, onde há significativa concentração de moradores na zona rural. É importante ouvirmos os professores que estão situados nesta realidade, para que nos mostrem um pouco de sua experiência docente em instituições do campo, desde sua formação até a prática em salas de aula.

A pesquisa conta ainda com análise conduzida a partir de uma abordagem qualitativa dos resultados, objetivando realizar investigação científica acerca de informações teóricas e práticas sobre a Educação do Campo no Brasil. De acordo com Gil (2002, p. 133),

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

Por meio dessa abordagem, torna-se possível observar comportamentos, mudanças sociais e educacionais, diferentes perspectivas e até mesmo questões econômicas que permeiam o contexto educacional e social das comunidades rurais. Em uma sociedade marcada por constantes mudanças e evoluções, esta pesquisa se destaca pela sua relevância e atualidade, principalmente no contexto educacional.

Ademais, revisão de literatura foi realizada, visando análise de trabalhos já feitos no mesmo campo de pesquisa deste. A fundamentação teórica está embasada em pesquisas significativas sobre este assunto, como os estudos realizados por Freire (2013; 2015); Munarim (2008); Fernandes, Cerioli e Caldart (1998); Arroyo, Caldart e Molina (2009); Delboni, Freitas e Daltro (2018); Arroyo (2015) e Caldart (2009). Além disso, com base no documento organizado pela relatora Edla de Araújo Soares, de 2012,

investigamos a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394 (1996), a Resolução nº 1 de 3 de abril de 2002 e a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que instituem Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Essas leis são exploradas e contribuem significativamente para a compreensão desta modalidade de ensino e as políticas públicas referentes a ela. É realizada investigação bibliográfica a partir desses trabalhos, pois, como afirma Gil (2002, p. 44), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, os métodos de investigação deste trabalho também se baseiam em pesquisa de campo (exploratória) e estudos de trabalhos já realizados sobre a educação do campo. Dessa forma, com clareza e respeitando os preceitos éticos, foi possível seguir esta pesquisa acadêmica.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca contribuir para a valorização e compreensão da atuação docente na educação do campo, evidenciando os desafios e as conquistas vivenciadas por professores que atuam em contextos rurais. Ao analisar a realidade do CECPAG, a investigação não apenas reconhece o papel essencial da escola na vida das comunidades do campo, mas também aponta para a necessidade de políticas públicas mais atentas às demandas desses espaços educativos.

3 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Durante muitos anos, não era conhecida e problematizada a perspectiva da Educação do Campo pela população brasileira e o meio rural era visto como um espaço atrasado e inferior em comparação ao meio urbano. O camponês era tido como fraco e seu perfil não era considerado condizente com o sistema social moderno, já que o meio urbano sempre foi apontado como melhor e mais produtivo. Nos dias atuais, essa perspectiva mudou consideravelmente e os camponeses não aceitam mais tal discriminação. Assim como os demais cidadãos, aqueles que vivem na zona rural também têm direitos e deveres e, tratando-se do contexto educacional, não é diferente. Através de lutas sociais, conseguiu-se o acesso à educação no meio rural, condição antes negada aos moradores deste meio.

Ao analisar o livro *Por uma Educação do Campo*, é possível entendermos, a partir dessa obra organizada por Miguel G. Arroyo, Roseli S. Caldart e Mônica C. Molina (2009), que a Educação do Campo é um assunto amplo e importante. No texto *Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”*, presente na obra descrita acima, os autores Bernardo M. Fernandes, Paulo R. Cerioli e Roseli S. Caldart (1998, p. 25), apresentam o conceito de Educação do Campo de forma precisa: “estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas”. Aqui já compreendemos que a Educação do campo tem seu público específico e o ensino deve ser relacionado a ele e a sua realidade.

A Educação do Campo, como afirmam os autores, não se limita apenas aos agricultores, como muitos consideram, mas é pensada para todo o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, todas as pessoas que colaboram de diferentes formas para esse ambiente, abrangendo diferentes grupos sociais que têm em comum a vida e o trabalho no meio rural. Para exemplificar a afirmação de que essa categoria de educação abrange toda uma diversidade, são citados os povos quilombolas e indígenas que vivem e colaboram para o campo.

Essa modalidade educacional deve buscar formar sujeitos éticos, políticos, cientes de seus direitos e deveres, que estejam conectados à sua realidade. Os trabalhadores do campo e seus filhos merecem ter acesso ao conhecimento e à valorização de seus saberes e espaços. A ideia é que as informações de outros locais cheguem a eles, mas sem tirar de vista a identidade local, trabalhando não só conteúdos nas disciplinas do ensino regular,

mas também que existam componentes curriculares próprios para esta modalidade de ensino. Nesse sentido, disciplinas como práticas agrícolas, zootecnia, pecuária, artesanato e outras podem ser incorporadas de maneira interdisciplinar ao currículo das instituições do campo, articulando-se com componentes como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e/ou artes, por exemplo, de modo a enriquecer o processo educativo e torna-lo mais contextualizado ao cotidiano dos alunos. Fernandes, Cerioli e Caldart (1998, p. 27) afirmam que “Não basta ter escolas no campo; queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas em um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”. Assim, é importante entendermos que a Educação do Campo vai além da presença de instituições físicas localizadas na zona rural, como também ressalta Caldart (2009, p. 41):

Na sua origem, o ‘do’ da Educação *do* campo tem a ver com esse protagonismo: não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é dos trabalhadores, educação do campo, dos camponeses, pedagogia do oprimido... Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade.

Não é o suficiente a presença de prédios escolares no campo², sendo que estes seguem um modelo de ensino urbano, com conteúdo, metodologias e práticas pedagógicas que não dialogam com a realidade em que estão localizados. É necessária a criação de escolas do campo, que enriqueçam, valorizem e respeitem a vida, o trabalho, a cultura e os saberes do povo campesino.

Nessa perspectiva, os autores conceituam a escola do campo ao afirmar que:

Estamos entendendo por escola do campo aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação (Fernandes, Cerioli e Caldart, 1998, p. 53).

²Anteriormente ao termo Educação do Campo, era utilizada a expressão Educação no Campo, que se refere a um modelo de escolarização implantado nas áreas rurais, que, em grande parte, reproduzia o ensino ofertado no meio urbano, sem considerar as práticas do meio rural. A simples existência de prédios escolares no campo não garantia uma educação contextualizada, evidenciando a necessidade de uma proposta educativa que valorizasse a identidade, a cultura e os saberes do povo campesino, discussão que fundamenta o conceito de Educação do Campo.

Assim, devemos colaborar para a construção dessa escola do campo. Quando falamos em uma instituição “para o campo”, muitas vezes trata-se de ideias que vêm de fora, de órgãos urbanos, por exemplo. Ela é do campo porque pertence a esse território, expressa sua cultura, sua força, sua história e seus modos de vida.

A Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002, institui diretrizes para a educação básica nas escolas do campo. Em seu parágrafo único do artigo 2º, é ressaltado que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2002).

É ratificado então o fato de que a escola do campo tem sua identidade própria, formada a partir da realidade e dos saberes das pessoas do campo. Ligada principalmente aos movimentos sociais, a Educação do Campo é uma conquista coletiva, construída por meio dessas lutas que buscaram pelos direitos do homem camponês.

Além disso, é necessário enfatizar a questão do currículo escolar. É crucial que contemple a relação com o trabalho na terra, ou seja, os componentes curriculares devem desenvolver a valorização do trabalho agrícola como parte da identidade do campo. Não basta adicionar disciplinas próprias da agricultura, como agroecologia ou zootecnia, mas também relacionar esses conteúdos aos componentes do ensino regular, como português, matemática, ciências, artes etc.

A Educação do campo busca, ainda, uma formação de sujeitos sociais críticos, capazes de compreender e intervir na realidade em que estão inseridos de maneira consciente e transformadora. Essa perspectiva não se limita aos saberes escolares, mas também aos conhecimentos populares e experiências de vida no campo que integram o processo educativo. Assim, a escola do campo não transmite conteúdos, mas visa uma educação libertadora e reflexiva sobre os desafios sociais, políticos e ambientais que afetam a vida rural.

Na obra *Pedagogia da Autonomia*, do escritor e educador Paulo Freire (2015), reconhecido como patrono da educação brasileira, é enfatizada a necessidade e importância de uma educação libertadora. Para uma formação eficaz de sujeitos críticos e libertos, como sugere Freire (2015), os saberes prévios dos alunos devem ser considerados. O professor deve estar ciente de que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades de uma educação em que todos falam, professor e aluno, e ambos

possam aprender juntos, haja vista que o educador não sabe tudo e, portanto, também aprende ao ensinar.

O educador Paulo Freire também aborda em suas obras a importância de valorizarmos os saberes dos estudantes. Ao tratar dessa questão, o autor afirma que:

Como educador preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo *leitura do mundo*, que precede sempre a *leitura da palavra* (Freire, 2015, p. 79).

A ideia defendida por Freire (2015) ao dizer que a leitura do mundo vem antes do que a leitura da palavra tem forte significação. Antes de aprender a ler e escrever, ou seja, antes de ser alfabetizado, o sujeito já interpreta a realidade onde vive. Assim, a leitura vem antes da escola, pois este sujeito observa e compreende o mundo ao seu redor. Relacionando essa perspectiva à Educação do Campo, ela ganha um sentido profundo, pois este sujeito do campo, antes da escola, já interpreta e conhece o mundo em que vive, ou seja, já possui saberes em relação ao tempo, à terra, à colheita, ao artesanato e às relações comunitárias. Assim, a escola do campo deve buscar a valorização e escuta atenta a esses saberes e leituras anteriores à palavra escrita.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (2013) também explora a valorização dos sujeitos de acordo com seu meio social. Ao afirmar que é necessário deixarmos a concepção bancária e adentrarmos a concepção libertadora da educação, o autor nos mostra que as pessoas podem se sentir sujeitos de seu pensar. “A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar” (Freire, 2013, p. 141). Nessa perspectiva, deve ser proposta uma educação dialógica e comprometida com a realidade dos sujeitos do campo, valorizando seus saberes, modos de vida e participação na construção do conhecimento, de forma que se reconheçam protagonistas de sua própria formação.

Dessa forma, a Educação do Campo rompe com a visão preconceituosa que por muito tempo desvalorizou o meio rural. Mais do que garantir acesso à escola, essa modalidade busca uma formação de sujeitos críticos, libertos e autônomos, ativos em seu próprio processo de ensino e aprendizagem. Assim ela se consolida como um instrumento de mudança social, contribuindo para a construção de uma educação mais justa.

4 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A trajetória da Educação do Campo no Brasil está profundamente ligada às lutas e movimentos sociais do povo camponês. Historicamente marginalizada, a educação voltada para as populações rurais enfrentou desafios com relação ao acesso limitado, à desvalorização dos saberes locais e ao ensino inadequado à realidade do campo.

No entanto, a partir de movimentos importantes, como o Movimento Sem Terra (MST) e o Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), a Educação do Campo passou a receber o devido reconhecimento e a exercer a valorização da identidade dos povos das regiões rurais. Segundo Delboni, Freitas e Daltro (2018), ainda eram presentes nas escolas as turmas multisseriadas, ou seja, alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem em uma única sala de aula, e cabia ao professor, que muitas vezes tinha apenas uma formação, dar conta de todos os estudantes. Os autores ressaltam que “A infraestrutura das escolas multisseriadas é, em sua maioria, precária e os professores que atuam nas mesmas não tem formação necessária para trabalhar com anos diferenciados em uma mesma sala” (Delboni, Freitas e Daltro, 2018, p. 15).

As desigualdades na Educação do Campo têm raízes históricas. Antigamente, os alunos eram obrigados a sair da zona rural, de seu local de moradia, para ter acesso à educação. Para se chegar à escola, eram oferecidos transportes de diversas origens e tipologias para essas crianças e adolescentes. Além disso, a realidade do ensino era inteiramente urbanocêntrica e não contextualizada com seu cotidiano.

Considerando essa temática, Munarim (2008, p. 59) apresenta em seu texto *Trajétória do movimento nacional de educação do campo no Brasil* o que entendemos por povos do campo:

São considerados povos do campo as populações que pertencem a grupos identitários, cuja produção da existência se dá fundamentalmente a partir da relação com a natureza, direta ou indiretamente, vivem essas populações nas sedes de pequenos municípios, ou nas florestas, ou nas ribanceiras, ou nas propriedades de agricultura familiar, ou nos assentamentos da reforma agrária, ou nas áreas remanescentes de quilombos, ou em outros espaços sócio-geográficos de igual apelo cultural e de produção da vida.

Posteriormente, o autor apresenta um histórico dos movimentos sociais que marcaram o reconhecimento da Educação do Campo no Brasil, que começam na década de 1990. O 1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (1º ENERA), ocorrido em 1997, é o acontecimento que marca o início dessa trajetória. Vale

ressaltar que a reforma agrária foi um processo político e coletivo que buscou redistribuir terras para promover a justiça social, permitindo aos camponeses o direito de viver e produzir em seus espaços rurais. Entretanto, a sociedade brasileira, principalmente os moradores dos meios urbanos, não atribuía à reforma agrária na devida importância; aquilo que se voltava para o campo era sempre visto como inferior.

A partir do 1º ENERA, ocorre, em 1998, na cidade de Luziânia - GO, a Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. O evento reuniu apresentações de seminários estaduais e parcerias entre educadores do campo, foi a partir deste movimento nacional que as autoridades envolvidas perceberam que era apenas o início do processo. Foi criada então a Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, com sede em Brasília.

Além disso, o Movimento Sem Terra (MST) é um processo mais longo que assinala o surgimento da Educação do Campo, pois não foi algo momentâneo, mas que permaneceu. A luta social pelo direito dos povos do campo por suas terras fez surgir escolas em acampamentos, o que proporcionou o desejo de as pessoas reivindicarem uma educação própria para eles.

A partir desses movimentos e acontecimentos marcantes, outros foram surgindo e fortalecendo a luta, segundo Munarim (2008), são eles: Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Sindicatos e Federações estaduais vinculadas à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O autor Miguel Arroyo (2015, p. 49) deixa clara a importância de todos estes movimentos sociais para a construção de uma Educação do Campo de qualidade: “Há práticas sociais, políticas que configuram essa categoria de análise – Educação do Campo – e que tem como sujeitos, protagonistas os movimentos sociais camponeses. Uma prática social ainda em processo de construção histórica”. A modalidade de ensino em estudo nasce, então, de lutas sociais e continua a ser desenvolvida a partir da autonomia dos sujeitos camponeses.

Para além disso, Caldart (2009, p. 39) coloca o surgimento da luta por uma Educação do Campo como uma crítica prática à realidade da educação brasileira:

E tratou-se primeiro de uma crítica prática: lutas sociais pelo direito à educação, configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela

igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela aconteça.

Foi lutando pela terra, por trabalho e por uma vida melhor que as pessoas que vivem e trabalham no campo conseguiram o acesso à educação que possuem nos dias de hoje. Este termo Educação do Campo, portanto, passa a ser conhecido, segundo Munarim (2008, p. 60), por “valorizar os sujeitos educandos como sujeitos constituídos de identidades próprias e senhores de direitos”. Os movimentos sociais passaram a lutar com o passar dos anos pela efetivação de políticas públicas educacionais que trabalhassem a cultura e a identidade dos moradores da zona rural nas escolas da educação básica.

Foi a partir desses acontecimentos que a Educação do Campo passou a ser conhecida no Brasil. Com o passar dos anos e com a presença de autoridades políticas sensíveis a uma educação de qualidade para todos os cidadãos, os povos camponeses tiveram mais oportunidades, valorização e direito de levantar sua voz.

A legislação educacional brasileira tem papel fundamental na consolidação e na garantia da Educação do Campo, pois reconhece o direito das populações rurais a um ensino de qualidade. É crucial entendermos as diretrizes e especificidades que regem a Educação do Campo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 apresenta alguns aspectos que tratam da Educação do Campo, especificamente. O art. 28º dessa lei descreve: “Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente” (Brasil, 1996). Nesse aspecto, é reforçado que para a educação básica de quem vive no campo, as escolas e os sistemas de ensino precisam fazer adaptações para que a aprendizagem seja condizente com a realidade dos alunos.

Sendo assim, os currículos das instituições do campo devem ser voltados para a realidade em que estão inseridas, levando em conta a cultura, os costumes e valores que a população carrega. Entretanto, é importante ressaltar que uma instituição do campo não significa ser sinônimo de agricultura ou pecuária, mas que, além dos traços rurais, os urbanos também são explorados, ampliando o nível de aprendizagem.

Nesse viés, é fundamental considerarmos o que é regido no art. 26 da LDB (Brasil, 1996):

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Assim, cada escola pode acrescentar uma parte diversificada, ou seja, conteúdos e atividades que reflitam características de sua região.

Por meio da Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002, o Ministério da Educação instituiu Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, marco fundamental para os que lutam por essa causa. No art. 5º, é ressaltado que:

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Brasil, 2002).

Com isso, é notável que os saberes advindos do campo devem ser reconhecidos, valorizados e explorados. A diversidade presente no campo é ampla e é essencial que seja levada em consideração, ampliando os conhecimentos que os estudantes já trazem de sua realidade. Por isso, ratificamos, conforme Paulo Freire (2015) nos ensina, que é necessário que o professor ouça seu aluno e valorize os saberes que este já possui.

A resolução estabelece ainda as diretrizes para a relação da Educação do Campo com a comunidade e demais setores da sociedade.

O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade (Brasil, 2002).

Aos professores que atuam em escolas do campo, o seu trabalho também ganha lugar nesse documento. É ressaltada a importância da formação continuada desses profissionais para um bom desenvolvimento das práticas pedagógicas e uma aprendizagem eficaz dos estudantes do campo. O Estado deve se atentar a essas questões, principalmente, às secretarias de educação dos municípios que dispõem desta realidade.

No art. 13 dessa mesma resolução, são apresentados componentes que orientam o desempenho dos professores em escolas do campo e aos quais devem se atentar:

- I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;
- II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (Brasil, 2002).

Nesse sentido, o professor da escola do campo deve conhecer a diversidade presente na comunidade e estudá-la para adaptar à sua prática docente. Os alunos do campo, sejam eles crianças, jovens ou adultos, precisam ser protagonistas de sua formação e estarem cientes disso. A ciência e a tecnologia devem ser utilizadas para melhorar as condições do ensino e a promoção de valores entre a comunidade local. É com atitudes dinâmicas e transformadoras que conseguimos desempenhar uma educação com mais qualidade e libertação para os estudantes do campo.

Aspectos como as metodologias ativas colaboram significativamente para a Educação do Campo. Alinhados à ciência e à tecnologia, esses meios metodológicos favorecem a relação entre teoria e prática ao possibilitarem que os conteúdos escolares dialoguem com o cotidiano do campo. A tecnologia, quando utilizada de forma consciente e pedagógica, amplia o acesso à informação, diversifica as estratégias de ensino e valoriza os saberes locais, mesmo diante das limitações ainda existentes nas escolas da zona rural. A ciência, integrada aos conhecimentos tradicionais, possibilita a compreensão crítica dos fenômenos naturais e sociais, contribuindo, assim, para um ensino que respeita identidades e promove a formação integral dos estudantes.

5 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CECPAG

Nesta seção, foram apresentados e analisados os resultados obtidos através da pesquisa de campo realizada com os professores do CECPAG. Após o levantamento teórico feito acerca da Educação do Campo no Brasil, foi crucial entendermos como as ideias discutidas se manifestam na realidade atual. As informações foram coletadas por meio de questionário de pesquisa disponibilizado a três educadores da instituição de ensino, os quais não revelaremos suas identidades, respeitando os princípios éticos desta pesquisa. Assim, os profissionais serão indicados como Prof. 1, Prof. 2 e Prof. 3, formados em Língua Portuguesa e o segundo, especificamente, em Língua Inglesa.

Algumas perguntas que abrangem o questionário de pesquisa tratam de aspectos materiais e imateriais ofertados à instituição de ensino, como recursos pedagógicos, estrutura e políticas públicas, conforme questionário no apêndice. Foi questionado aos professores como é a disponibilização de recursos e instrumentos pedagógicos na escola já que, por muito tempo, as instituições educacionais do campo não disponibilizavam de todas as ferramentas necessárias para o desenvolvimento do ensino.

Segundo o art. 7º da Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 (Brasil, 2008):

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

Entretanto, segundo os professores entrevistados, a oferta de recursos pedagógicos ainda é um tanto escassa. O Prof. 1 afirmou que a oferta é regular, o Prof. 3 disse ser satisfatório, enquanto o Prof. 2 relatou que os materiais utilizados são disponibilizados de acordo com as possibilidades da instituição, ao passo que há grande colaboração da gestão escolar em buscar melhorias para o ensino. Quanto à estrutura da escola, atualmente, há uma grande organização interna e externa propícia ao ensino integral e à Educação do Campo, pois são oferecidos ambientes para aulas práticas como canteiros, viveiros, galinheiros e espaços de lazer, como também pátios ao ar livre e refeitório.

Assim como estabelece a lei, a oferta de ensino em instituições do campo deve estar alinhada à realidade local. Ao serem questionados sobre isso, os educadores manifestaram sua satisfação em seu relato assegurando que o CECPAG prioriza seguir este aspecto. O Prof. 2 foi detalhista ao afirmar que:

Sim, percebo que o ensino desenvolvido na escola está cada vez mais alinhado com a realidade e os saberes dos alunos do campo. As práticas pedagógicas buscam relacionar o conteúdo com o cotidiano da comunidade, valorizando a agricultura familiar, a cultura popular e o meio ambiente. Essa aproximação fortalece o sentimento de pertencimento e torna o aprendizado mais significativo. No entanto, ainda é preciso fortalecer essa prática no cotidiano das aulas, garantindo que todas as disciplinas incorporem de forma mais sistemática os conhecimentos locais e as necessidades reais dos estudantes (Prof. 2, 2025).

O ensino na instituição está alcançando bons resultados ao passo que, além dos estudantes, os professores também manifestam contentamento. A resposta do professor acima nos mostra como é importante que a escola caminhe junto à comunidade local para a construção de boas relações e a formação de sujeitos ativos e pertencentes àquela realidade. Nesse viés, é importante enfatizar a necessidade de sempre serem buscadas melhorias para o fortalecimento da inclusão dos conhecimentos locais e da realidade dos alunos nas demais disciplinas do ensino regular.

Para mais, é frisada a colaboração da gestão escolar no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento de uma instituição. No CECPAG, o trabalho da direção e coordenação é visto de maneira positiva pelos professores entrevistados, à medida que, ao serem perguntados a respeito, foram bem favoráveis à questão. Todos afirmaram ser satisfatórios ao apoio da gestão e a preocupação em valorizar a identidade do povo do campo. O Prof. 1 disse:

No Colégio vejo a gestão muito voltada para o fortalecimento da Educação do Campo. A valorização cultural, o incentivo ao ensino, o sentimento de pertencimento e a concretização da educação voltada a cultura do campo só acontece se as pessoas envolvidas fizerem acontecer (Prof. 1, 2025).

Assim, reforçamos a importância da colaboração de todos nesse processo de fortalecimento da Educação do Campo, seja dos professores, gestores, alunos e demais funcionários.

Nesse viés, procuramos saber se os estudantes se adaptam bem ao ensino e às atividades pedagógicas que valorizam os saberes do campo, pois, segundo Munarim (2008, p. 60), a Educação do Campo

Quer valorizar os sujeitos educandos como sujeitos constituídos de identidades próprias e senhores de direitos, tanto de direito à diferença, quanto de direito à igualdade, sujeitos capazes de construir a própria história e, portanto, de definir a educação de que necessitam.

Assim, é notável a intenção de formar identidades próprias dos sujeitos do campo, buscando o fim da visão preconceituosa que coloca apenas o urbano como bom e

civilizado. Ao serem submetidos à pergunta sobre a adaptação dos estudantes, os professores entrevistados disseram que em parte têm uma boa aceitabilidade. Alguns alunos ainda resistem à Educação do campo e, segundo o Prof. 2, esperam que seja ofertado um ensino igual ao existente no meio urbano.

Nessa perspectiva, ao serem analisados os aspectos relacionados à repetência e evasão escolar, percebe-se que ainda é comum na instituição. Os professores entrevistados afirmaram que ainda ocorrem muitos casos de evasão, principalmente, e isso se deve a fatores que podem ser sociais e econômicos, já que muitos jovens precisam trabalhar, seja para se sustentar ou ajudar a família. Além disso, a distância da residência até a escola é um motivo que aumenta o cansaço físico e mental, fazendo com que muitos alunos desistam dos estudos. Desse modo, é perceptível que a relação entre escola e trabalho influencia diretamente na continuidade dos estudos, pois a realidade dos alunos do campo, marcada pela necessidade de conciliar o sustento com a aprendizagem, exige que o ensino esteja articulado às suas vivências e condições de vida.

Além da formação para o mercado de trabalho, também é significativa a preparação dos alunos para ingressarem no Ensino Superior. Assim, os professores entrevistados colaboraram para esta pesquisa neste quesito. O Prof. 1 deixou claro o trabalho que a instituição de ensino realiza com base em projetos, principalmente científicos, mas afirmou a necessidade de maior engajamento a respeito do acesso à universidade. O Prof. 2 confirmou o esforço da escola em formar sujeitos críticos e ativos em sua comunidade, como também o incentivo para que continuem os estudos e acreditem cada vez mais na educação. Tais atitudes são de suma importância para os estudantes, pois contribuem para que concluam a Educação Básica com um pensamento ativo, crítico e consciente.

Ademais, percebe-se que o CECAPAG vem desempenhando um papel relevante na consolidação da Educação do Campo, buscando integrar o ensino com a realidade local. Apesar das limitações estruturais e da escassez de recursos pedagógicos, a instituição demonstra compromisso em valorizar a cultura e a identidade dos sujeitos do campo. Assim, o fortalecimento da Educação do Campo é uma ação conjunta entre alunos, professores, gestão e demais funcionários, dando continuidade às ações que promovam uma formação crítica e libertadora.

6 OS PROFESSORES E OS DESAFIOS AO ATUAR EM INSTITUIÇÕES DO CAMPO

O trabalho dos professores deve ser valorizado em qualquer ambiente ou momento. Ao se tratar de instituições do campo, infelizmente os professores nem sempre foram reconhecidos por seu trabalho. O campo, espaço que sofreu por muito tempo discriminações, foi historicamente um local considerado ruim para o desempenho das funções docentes. Como é colocado por Fernandes, Cerioli e Caldart (1998, p. 59), estes professores

são vítimas de um sistema educacional que desvaloriza o seu trabalho, que coloca o meio rural como uma penalização e não uma escolha, que não viabiliza a sua qualificação profissional, que rebaixa sua auto-estima e sua confiança no futuro; como vítimas tornam-se então provocadores de novas vítimas, à medida que realizam um trabalho desinteressado, desqualificado e sem ânimo. É urgente romper com esta cadeia, estabelecendo novos vínculos, novas condições e nova identidade para educadores/educadoras do campo.

Os educadores do campo são vítimas de um sistema de ensino que desvaloriza seu trabalho, estigmatiza o meio rural e limita sua formação. Esse cenário tende a reproduzir práticas desmotivadas, perpetuando um ciclo de precarização. É necessário romper com esse costume, buscando valorização e melhores condições de trabalho para os professores.

O comentário dos autores nos remete à obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, na qual ele traz a discussão sobre a relação aluno-professor. Segundo Freire (2013), quando o professor é submetido a uma situação de opressão, pode ocorrer o desejo deste de se tornar e fazer o mesmo com o outro, neste caso, seu aluno, que pode assumir em alguns contextos a posição de indivíduo oprimido. No âmbito da Educação do Campo, historicamente, há registros de que o trabalho dos professores na zona rural, foi, em muitos casos, considerado como um espaço de desvalorização profissional, por conseguinte, podendo influenciar na forma que seus alunos compreendessem o campo e sua própria realidade. Por isso, é necessário que os profissionais da educação sejam valorizados e reconhecidos pelo seu trabalho.

Nesse contexto, faz-se necessária a escuta dos pontos de vista, aflições, dificuldades e do contentamento da comunidade docente ao desempenhar seu trabalho na educação básica. Destacamos, portanto, essas perspectivas dentro da realidade da Educação do Campo no CECPAG. Os professores foram sinceros ao manifestarem as dificuldades em adaptação à realidade de uma escola do campo, principalmente ao terem

que adequar suas práticas pedagógicas. Tal experiência pode ter diversos fatores, entre eles: a falta de formação ou especialização docente acerca da modalidade de ensino em questão, à medida que os professores afirmaram não ter formação voltada para a Educação do Campo. Tal fator ressalta a necessidade de ações por parte das secretarias de educação e núcleos formativos ao oferecerem mais oportunidades de formação continuada para educadores e educadoras que atuam nessa modalidade.

Nesse aspecto, o Prof. 3 relatou não ter enfrentado muitas dificuldades no processo de adaptação à escola do campo, dizendo que foi uma experiência tranquila. O Prof. 2, entretanto, manifestou a necessidade da escuta e do aprendizado acerca da compreensão da dinâmica local, tanto da escola quanto da comunidade. Com o tempo, ressaltam, foi possível sentir mais segurança ao adaptar sua prática pedagógica para atender melhor os estudantes e respeitar as peculiaridades da instituição e da modalidade de ensino desenvolvida. O docente afirma: “Hoje, me sinto parte desse espaço e percebo o quanto a educação do campo pode transformar tanto os alunos quanto os educadores” (Prof. 2, 2025), mostrando-nos que não só os alunos são pertencentes àquela realidade, mas os professores também se sentem parte da escola e da comunidade.

O Prof. 1 ressaltou que o processo de adaptação à escola do campo ainda está acontecendo, visto que, assim como os alunos, também está aprendendo um pouco a cada dia. Ressalta em seguida que

Não é fácil, pois é um ensino que engloba compreender as práticas e vivências do campo, e trazer o aluno para a realidade do mundo. Nesse sentido, no início senti algumas dificuldades, como ter que adaptar conteúdos e materiais, construir material, conhecer e ter uma percepção crítica da realidade local para fazer a ponte desses saberes. Assim, fui seguindo a partir do que os próprios alunos relatavam, tentando, principalmente, conhecer a realidade deles (Prof. 1, 2025).

Nesse sentido, podemos perceber o quanto os relatos dos alunos sobre sua realidade são importantes para o professor na construção de sua prática pedagógica crítica, contextualizada e transformadora. Ao integrar esses saberes ao processo de ensino, o educador contribui para uma educação que respeita e promove o protagonismo dos sujeitos do campo e reforça o sentimento de pertencimento ao seu local de vivência. Portanto, mesmo que o educador não seja parte constitutiva naquela realidade, é preciso conhecer, buscar informações e aprender sobre as temáticas mais pertinentes e que podem ser relacionadas aos seus conteúdos. É a partir dessas atitudes que o professor consegue contextualizar o ensino à realidade dos alunos.

Ao responderem à pergunta acerca das metodologias e práticas/pedagógicas utilizadas em sala de aula, foi bem ressaltado o uso das metodologias ativas. Essa perspectiva prioriza o protagonismo e a participação dos alunos, incentiva a participação de todos, buscando construir conhecimento de forma coletiva. Essas práticas exercitam a autonomia e responsabilidade dos alunos e é isso que viemos defendendo durante este trabalho.

Na Educação do Campo, os saberes já adquiridos no meio social dos estudantes devem ser considerados, e devem ser ouvidos, pois assim, por meio de diálogos, todos aprendem, inclusive o professor. O Prof. 1 ressaltou a importância de trabalhar com situações voltadas à realidade dos alunos para que pudessem resolver; tais atividades aguçam o senso crítico dos estudantes. Além disso, o educador enfatiza: “Dentro das possibilidades, faço uma ponte com outras realidades de modo que o aluno consiga pensar e repensar sua realidade dentro do seu contexto e do contexto mundial” (Prof. 1, 2025). Nesse sentido, podemos perceber a necessidade de o aluno do campo conhecer também outras realidades, para então valorizar a sua, ver a importância dos seus saberes e assim, a escola e a comunidade amenizarem a visão preconceituosa que, por muito tempo, fez o povo camponês desvalorizar seu meio.

Para mais, vale ratificar que, apesar dos pontos positivos de atuar em uma escola do campo, as dificuldades também estão presentes. Delboni, Freitas e Daltro (2018, p. 20), ao tratarem dos entraves presentes em instituições do Campo, afirmam que isso começa desde a oferta de transporte escolar:

Os alunos têm que se deslocar do campo para a cidade e os problemas aumentam. O transporte na maioria das vezes precário, realidade mais distante de sua vida e ainda, ouvirá pouco ou quase nada sobre a educação do campo.

Os autores ilustram a realidade que muitos estudantes, infelizmente, ainda vivenciam: o transporte precário. Essa realidade prejudica a saúde física e o rendimento escolar dos alunos, visto que a rotina em transportes pouco confortáveis e seguros se torna cansativa. Além disso, muitos estudantes se sentem desmotivados, pois percorrem um trajeto exaustivo para chegar em sala de aula e ouvir conteúdos que, muitas vezes, não fazem sentido, por não coincidirem com seu cotidiano.

Os professores entrevistados relataram as dificuldades enfrentadas ao atuarem nesta escola do campo. O Prof. 2 foi assertivo ao dizer que uma das dificuldades mais frequentes é o transporte precário ofertado aos estudantes, considerando que ocorrem problemas mecânicos ou até mesmo as estradas ruins, principalmente em épocas

chuvosas. No caso específico do CECPAG, o transporte escolar utilizado pelos alunos é o mesmo ofertado à rede municipal, ocorrendo uma parceria com a instituição do estado.

Outros pontos importantes ressaltados pelos educadores foram a estrutura da escola e a limitação de acesso à tecnologia, ao passo que a disponibilização de internet é restrita. O Prof. 1 enfatizou a falta de recursos e a dificuldade em construir materiais pedagógicos relacionados à Educação do Campo. O Prof. 3 ressaltou o quanto é exaustiva a necessidade de permanecer na unidade de ensino por períodos muito longos, considerando a instituição em tempo integral e a dependência que os docentes têm do transporte escolar. Diante disso, percebe-se que muitos desafios enfrentados pelos professores refletem a falta de políticas públicas em instituições do campo.

Como defende Paulo Freire (2015), a prática educativa deve partir dos saberes e experiências dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos de sua aprendizagem. Nesse sentido, autores centrais para a Educação do Campo, como Caldart (2009) e Munarim (2008), destacam que o ensino precisa estar articulado à realidade dos alunos, valorizando os saberes locais, as práticas culturais e a identidade da comunidade. Todavia, como ressalta Arroyo (2015, p. 53), existe “Uma tarefa simultânea, urgente: elaborar outros currículos do campo não será possível em um vazio material, sem a existência de estruturas escolares”. Dessa forma, as políticas públicas voltadas às instituições do campo precisam de maior atenção, sobretudo no que se refere ao investimento em materiais, recursos pedagógicos e estrutura adequada. Somente com esse suporte será possível sustentar um ensino voltado à vida da realidade social dos educandos.

Dessa forma, a análise das falas dos professores evidencia que, embora o CECPAG realize um papel significativo no desempenho da Educação do Campo, ainda persistem desafios estruturais e pedagógicos que podem afetar diretamente o trabalho docente. É notável o comprometimento dos educadores em adaptar suas práticas e integrar os saberes locais ao processo de ensino, mesmo diante das limitações. Todavia, a valorização e formação continuada dos professores do campo surgem como elementos indispensáveis para uma educação crítica e contextualizada. Reconhecer o professor como sujeito transformador e pertencente à realidade em que atua é essencial para romper com os preconceitos existentes a respeito da Educação do Campo e promover a valorização da identidade e autonomia dos sujeitos camponeses.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo constitui o resultado de uma luta coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras camponeses que, por longo período, tiveram seus direitos negados. Essa modalidade de ensino configura-se como aquela que valoriza os saberes, a cultura, a identidade local e prioriza o protagonismo dos estudantes. Os conhecimentos prévios dos alunos são essenciais para o trabalho a ser desenvolvido em uma instituição do campo, pois as metodologias aplicadas partem da realidade em que a escola está inserida, desenvolvendo um trabalho crítico, libertador e contextualizado.

A Educação do Campo busca formar sujeitos sociais capazes de questionar, criticar e participar ativamente do seu meio social. O povo camponês lutou através de movimentos sociais como o MST, o ENERA e a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo para chegar às conquistas que possuem hoje. As escolas deixaram de ser apenas *no campo* e passaram a ser *do campo*, deixando de lado o ensino urbanocêntrico que era predominante nas instituições. Atualmente, atividades voltadas à terra, ao cultivo, ao artesanato e à pecuária são exploradas, de modo que os alunos podem levar os conhecimentos aprendidos na escola para casa, para a universidade e para o trabalho, culminando em um ensino amplo e contextual.

A legislação educacional do Brasil tem destaque ao destrinchar acerca das diretrizes operacionais que regem a Educação do Campo. A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, a Resolução nº 1 de 3 de abril de 2002 e a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 estabelecem as especificidades dessa modalidade de ensino. Na oferta da Educação Básica no meio rural, as adaptações necessárias devem ser realizadas para que a educação faça sentido aos estudantes, deixando de lado o ensino inteiramente urbano aplicado no campo. Além disso, os professores devem se atentar às metodologias aplicadas, para que estejam condizentes com o que estabelecem as normas específicas da Educação do Campo.

Considerando o problema de pesquisa “Como o desconhecimento acerca do conceito de Educação do Campo e falta de políticas públicas voltadas para esta modalidade influenciam as dificuldades enfrentadas por professores em instituições que dispõem dessa realidade?”, nota-se, a partir da análise realizada, que as hipóteses se confirmam. Por mais que os aspectos da Educação do Campo sejam em parte ou totalmente conhecidos, é necessária uma atenção maior a respeito das políticas públicas

que devem suprir as necessidades da instituição de ensino que compõe o objeto de estudo desse trabalho. Assim, o problema desta pesquisa foi respondido.

Conclui-se, portanto, que a Educação do Campo no CECPAG é desenvolvida de modo satisfatório. As dificuldades de adaptação estiveram presentes no momento de mudança do ensino regular para o reconhecimento como escola do campo, mas a dedicação de cada professor, funcionário e da gestão foi essencial. Apesar da falta de recursos, materiais pedagógicos e transporte escolar, a equipe do CECPAG está empenhada na oferta de um ensino contextualizado, crítico e compatível com a realidade social dos estudantes. Esse é o principal objetivo dessa modalidade de ensino e a instituição busca, mesmo diante das limitações, desenvolver práticas pedagógicas que valorizem os saberes locais, promovam a autonomia dos alunos e fortaleçam o vínculo entre a escola e a comunidade.

Compreender as especificidades da Educação do Campo permite o fortalecimento de práticas pedagógicas mais eficazes, como também colabora para a construção de um ensino que valorize os saberes e identidades da comunidade escolar. Esta pesquisa se insere no compromisso da universidade de formar docentes preparados para atuar em diversas realidades, incentivando o docente a buscar práticas pedagógicas e metodologias alinhadas ao meio social dos alunos. Dessa forma, fortalece a postura crítica do professor sobre as políticas educacionais e estratégias de ensino, colaborando para um ensino significativo e comprometido com a sociedade.

Assim sendo, esse estudo não se encerra por aqui, pois ainda há diversas perspectivas a serem analisadas. Na instituição de ensino pesquisada, por exemplo, podem ser investigados os pontos de vista dos alunos, da gestão ou de outros funcionários acerca da Educação do Campo. Além disso, existem outras escolas do campo que podem ser pesquisadas nessa mesma visão.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Organizadores). **Por Uma Educação do Campo**. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ARROYO, Miguel G. **Os movimentos sociais e a construção de outros currículos**. Educar em Revista, n. 55, p. 47-68, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Educação do campo: marcos normativos**. Organização: Edla Soares. Brasília: SECADI, 2012. 96 p. ISBN 978-85-7994-062-0.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009.

DELBONI, Célia; DE FREITAS, Adeilson Antonio; DALTRO, Marcos Luiz Medrado. **A educação no campo e suas dificuldades**. Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640, v. 15, n. 1, p. 13-25, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”** (texto preparatório). Por Uma Educação do Campo. 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51 ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MUNARIM, Antonio. **Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil**. Santa Maria – RS: Educação. Revista do Centro de Educação, vol. 33, 2008.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Você possui alguma formação específica voltada para a Educação do Campo ou para os componentes curriculares dessa modalidade? Se sim, qual?
2. Como foi seu processo de adaptação à realidade da escola do campo?
3. Você considera satisfatório o apoio da gestão escolar e das políticas públicas voltadas à Educação do Campo? Na sua opinião, esse apoio é eficaz para o fortalecimento dessa modalidade de ensino?
4. Na sua percepção, o ensino desenvolvido na instituição está alinhado com a realidade, os saberes e as necessidades dos alunos do campo?
5. Quais metodologias e/ou práticas pedagógicas você utiliza em sala de aula para integrar os conteúdos à realidade do campo?
6. Como você avalia a oferta de recursos pedagógicos e materiais na escola?
7. Quais são, na sua opinião, os maiores desafios e dificuldades enfrentados ao atuar em uma instituição de ensino do campo?
8. Os alunos se sentem motivados e conseguem se adaptar às atividades pedagógicas que valorizam os saberes do campo?
9. Como você analisa as questões relacionadas à evasão escolar, à repetência e aos índices de reprovação na instituição? Quais fatores você considera determinantes?
10. Na sua visão, a escola prepara os alunos de forma efetiva para o mercado de trabalho, para a continuidade dos estudos (ensino médio, técnico ou superior) e para atuarem como sujeitos sociais ativos e conscientes em sua comunidade? Por quê?

ANEXOS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, MAURISA DIAS PEREIRA, estudante do curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA CECPAG, DISTRITO DE MANIAÇU, CAETITÉ - BA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA é de minha autoria. Declaro ainda que os trechos e citações de terceiros presentes no texto estão devidamente referenciados conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e que assumo inteira e total responsabilidade em caso de identificação de plágio, sujeitando-me às penas previstas no Código Penal Brasileiro.

Caetité, 18/12/2025.

Maurisa Dias Pereira

Maurisa Dias Pereira – 062210151



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
 Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
 CAMPUS VI - CAETITÉ/BA

DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, MAURISA DIAS PEREIRA, estudante do curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA CECPAG, DISTRITO DE MANIAÇU, CAETITÉ - BA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA é de minha autoria.

Considerando que recursos de inteligência artificial **não devem ser utilizados na escrita/produção da redação final do trabalho** de conclusão de curso, declaro também que durante a produção do texto:

NÃO houve o uso de inteligência artificial

SIM, houve o uso de inteligência artificial. (Neste caso, informe abaixo o uso que foi feito e quais recursos foram utilizados, sabendo que a IA **não deve ser utilizada para escrita** do texto)

A inteligência artificial foi usada no texto para:

- revisão linguística do texto
- elaboração de imagens e gráficos
- tradução
- Outros (especificar) _____

Cite os recursos de IA que foram utilizados (ex.: ChatGPT)

Caetité, 18/ 12/ 2025.

Maurisa Dias Pereira

Maurisa Dias Pereira – 062210151